

## Suplicy confia que paz vai chegar ao Oriente Médio

De Telavive, senador diz que há duas semanas não ocorrem conflitos graves entre judeus e palestinos – o que é um “passo significativo”.

Página 7



Célio Azevedo

## Para Suassuna, acordo entre judeus e palestinos é possível

A disposição de Israel em devolver terras ocupadas por colonos está criando um clima de entendimento na região, informa senador.

Página 7



José Sarney

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.741 - Brasília, quinta-feira, 17 de julho de 2003

## EDUCAÇÃO



José Sarney

**ESFORÇO** Pesquisadores participaram ontem de audiência pública na CPI do Congresso

## Estudo identifica 241 rotas de exploração sexual no país

Estudiosos na questão da exploração sexual de mulheres, menores e adolescentes afirmaram ontem, em depoimentos à CPI do

Congresso que investiga o assunto, que existem 241 rotas do tráfico no Brasil. A falta de uma legislação clara dificulta a repressão.

Página 3

## Agropecuária orgânica terá novas regras

- Projeto permite que sejam certificados e rotulados os produtos que adotem técnicas de proteção ao meio ambiente

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que estabelece normas para a produção agropecuária que adote técnicas visando à otimização dos recursos naturais e socioeconômicos. Conforme o proposta, relatada por Aelton Freitas, produtos orgânicos poderão ser certificados e rotulados. O objetivo é garantir a sustentabilidade econômica e ecológica e a eliminação da dependência de energia não-renovável.

Página 4

## Comissão aprova projeto que garante linhas de crédito a editoras de livros

Página 6

## Acordo ajuda no combate aos aviões de traficantes

Cooperação entre Brasil e Peru para melhorar repressão ao tráfico de drogas e de armas no espaço aéreo foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores.

Página 5

## Armas de fogo entram em pauta na quarta-feira

Requerimento assinado por todos os líderes partidários e aprovado ontem, em Plenário, assegurou a tramitação em regime de urgência para as propostas que tratam do porte e venda de armamentos no país. O presidente do Senado, José Sarney, informou que o assunto entra na pauta de quarta-feira.



Waldemir Rodrigues

**VOTAÇÃO** Plenário aprecia na próxima semana a proibição ao porte de armas, depois de aprovação de requerimento apresentado ontem

Página 5

## Brasil pedirá aos EUA que rastreiem contas CC-5

A promessa foi feita ontem pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, durante encontro com senadores e deputados que investigam a remessa ilegal de recursos.

Página 5



Roosevelt Pinheiro

**ENFASE** Romero Jucá informou que instituição vai pesquisar a biodiversidade da Amazônia

## Manaus ganha centro de biotecnologia

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) destacou ontem a inauguração do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), em Manaus. Com 12 mil m<sup>2</sup> de área construída e investimentos da ordem de R\$ 60 milhões, o CBA é formado por 26 laboratórios, uma central de produção de extratos, instalações para incubação de empresas, alojamentos para pesquisadores e instalações de apoio administrativo a pesquisas.

A obra resulta, conforme o senador, de um esforço conjunto da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema), dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, do governo do estado do Amazonas e da iniciativa privada.

O complexo, disse Jucá, dará prioridade aos trabalhos que se apóiam na biodiversidade da Amazônia, utilizando a fauna e a flora da região na fabricação de produtos naturais nas áreas farmacêutica, cosmética, alimentícia e de extratos. O CBA também dará suporte a empresas de transformação e à industrialização de produtos ecologicamente corretos, acrescentou.



# Agenda

## Relatório sobre armas será votado hoje

A comissão mista criada para consolidar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que tratam da questão do porte de armas se reúne hoje, às 9h30, para votar o relatório do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) proibindo a venda de armas de fogo em todo o país até 2005.

## Plenário inicia sessão às 14h30

A sessão de hoje, às 14h30, e a de amanhã, às 9h, são dedicadas a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamentares. O senador

Hélio Costa (PMDB-MG) é o primeiro inscrito para hoje. O leitor pode acompanhar toda a sessão ao vivo por meio da TV ou da Rádio Senado.



## CAS examina proposta sobre segurança particular

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), se reúne hoje, às 10h, para discutir, entre outras proposi-

ções, o projeto que trata da regulamentação da profissão de agente de segurança privada; o que institui o mapa de exclusão social e estabelece metas e

normas na gestão social do Estado; e o que determina que informações sobre licenciamento ambiental sejam disponibilizadas pela Internet.



## Delegados falam à CPI do Banestado

Os delegados da Polícia Federal Euclides Rodrigues da Silva Filho e Paulo Roberto Falcão Ribeiro são os convidados de hoje da Comissão Parlamentar de

Inquérito do Banestado, que investiga as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil por meio das contas CC-5. A reunião tem início às 10h.

## Desenvolvimento da África em discussão

Para debater o projeto Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Nepad), a pedido da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a Comissão de Relações Exteriores realiza audiência pública, às 10h, com a presença do embaixador da República de Camarões no Brasil, Martin Mbarga Nguete; do diretor-geral para a África do Ministério das Relações Exteriores, Pedro Motta Coelho; do diretor do Banco do Brasil Rogério Lot; e do presidente da Central-Engenharia e Logística do Rio de Janeiro, Albuíno Cunha de Azeredo.



## Garibaldi explica projeto

A TV Senado exibe hoje, às 20h30, entrevista concedida pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) para falar do projeto de sua autoria que proíbe a penhora do bem de família do fiador, no caso de não pagamento de aluguel pelo titular.

## João Alves Filho lança livro

A convite do presidente do Senado, José Sarney, ocorre na próxima quarta-feira, às 18h30, no Salão Negro, o lançamento do livro *Matriz Energética Brasileira – Da crise à grande esperança*, escrito pelo ex-senador e governador de Sergipe, João Alves Filho.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela *Secretaria Especial de Editoração e Publicações*



Roosevelt Pinheiro

**CRESCER** Saturnino defende aplicação de 8% do PIB em obras de transporte e energia

## Governo lança plano de obras, diz Saturnino

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) anunciou ontem que o presidente Lula vai deslançar um programa de investimentos públicos em obras de infra-estrutura assim que voltar de sua viagem à Europa. Segundo o senador, essa estratégia deverá ser marcada pela volta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao seu papel de órgão de investimento, aliada à queda dos juros e do depósito compulsório dos bancos.

De acordo com Saturnino, é indispensável que o governo invista 8% do Produto Interno Bruto (PIB) nos setores de transportes e energia, "se quiser escapar da armadilha de estagnação econômica e desemprego em que o neoliberalismo e a conjuntura financeira internacional colocaram o país".

Para o senador, o governo precisa aplicar R\$ 50 bilhões ao ano para aquecer a economia e atrair investimentos nacionais e internacionais.

– Se o governo não se dispõe a investir cerca de 8% a 10% do PIB em obras públicas de vulto, os investidores privados se encolhem. Grande parte dos problemas que tivemos na última década decorreu da decisão de limitar seus investimentos públicos a 2% do PIB.

Saturnino lembrou que Lula explicou, na Europa, que o maior desafio de seu governo é a retomada do crescimento para gerar empregos e melhorar os indicadores sociais.

Para o senador, sem investimentos maciços em segurança pública, na melhoria da qualidade de vida da população e na distribuição de renda, será impossível reduzir os índices de violência nas grandes cidades.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu grandes investimentos nas polícias, para diminuir os índices de corrupção policial.

## Sarney recebe Zilda Arns

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem Zilda Arns, principal dirigente da Pastoral da Criança, entidade que atende a milhares de crianças carentes. Indicada pela terceira vez pelo governo brasileiro ao Prêmio Nobel da Paz, Zilda Arns veio pedir o apoio do Congresso à sua candidatura, que segundo ela pode melhorar muito a imagem do Brasil no exterior. Ela falou também sobre o auxílio que a Pastoral vem conseguindo prestar ao principal projeto social do governo, o Fome Zero.

## Virgílio: IDH mostra ênfase no social

Ao comentar editorial do jornal *O Globo*, de 9 de julho, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que a melhoria do país no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas mostra que o atual governo não detém o monopólio da preocupação social. "Políticas corretas aplicadas nas áreas de educação e saúde já há algum tempo conseguiram resgatar pelo menos uma parte da enorme dívida social brasileira", observou o senador.



**SOLUÇÃO** Hazeu, coordenador da pesquisa na Região Norte, defende ação de todos os poderes

# Pesquisadores admitem: é muito difícil punir a exploração sexual

■ Participantes de audiência pública da CPI do Congresso culpam a falta de leis e de informações

Três pesquisadores dos crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes afirmaram ontem, aos integrantes da comissão parlamentar de inquérito mista (CPI) que investiga o assunto, que hoje, no Brasil, é quase impossível punir as pessoas que cometem esse tipo de delito. A dificuldade, explicaram, tem três causas principais: a ausência ou precariedade de dados oficiais sobre as ocorrências, as deficiências na legislação penal e o fato de o problema estar ligado às redes de crime organizado.

Os estudiosos ouvidos ontem em audiência pública participaram, como coordenadores regionais, da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e



**AUDIÊNCIA** Senadora Patrícia Saboya e os pesquisadores Welinton Pereira e Rosário Ferreira: dificuldades para combater criminosos

Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (Pestraf), realizada em junho de 2002, graças a uma parceria entre o governo federal – Ministério da Justiça à frente – e organizações não-governamentais nacionais e internacionais.

A psicóloga Rosário de Maria da Costa Ferreira, coordenadora da pesquisa na Região Nordeste, lembrou que a indústria do sexo e o tráfico de pessoas

com esse fim não são fenômenos recentes e existem em escala mundial, movimentando enormes recursos (equivalentes à terceira maior renda do crime organizado no planeta). Além disso, salientou ela, a prática tem relação direta com outras redes criminosas, como o tráfico de drogas e de pessoas.

Segundo Rosário, as equipes de levantamento detectaram o que ela classificou de "uma cer-

ta invisibilidade" do tema; ou seja, existe uma dificuldade em se tratar da questão do tráfico humano com fins de exploração sexual, mesmo conceitualmente, com as pessoas envolvidas.

– Na verdade, as pessoas nem sequer reconhecem que essa prática é uma violação de direitos humanos, mesmo porque a própria legislação penal do país não identifica o crime de tráfico de pessoas no âmbito interno, mas apenas para o exterior – afirmou a pesquisadora, observando que, no Nordeste, o problema é grave e está relacionado com a exploração do turismo sexual. Na região, acrescentou, existem 69 rotas de tráfico que encontram suas bases em Fortaleza (CE), Natal (RN) e Recife (PE).

Ela disse também que é preciso entender o crime de exploração sexual como decorrência das desigualdades sociais existentes em todo o mundo e, de forma agravada, nos países em desenvolvimento.

## Rio e SP têm 35 rotas de tráfico de pessoas

O coordenador da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (Pestraf) na Região Sudeste, Welinton Pereira da Silva, informou ontem aos parlamentares da CPI que foram identificadas 35 rotas de tráfico de pessoas para exploração sexual comercial na região. Por dificuldades operacionais, apenas os estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram pesquisados, disse ele, que observou, no entanto, que o crime ocorre em todos os demais estados do Sudeste.

Segundo ele, São Paulo pode ser caracterizado como local de passagem das mulheres que acabam seguindo para o exterior, principalmente para a Espanha, Portugal, Bélgica, Venezuela, Suriname e Bolívia. Welinton falou que a demanda do tráfico é por mulheres ne-

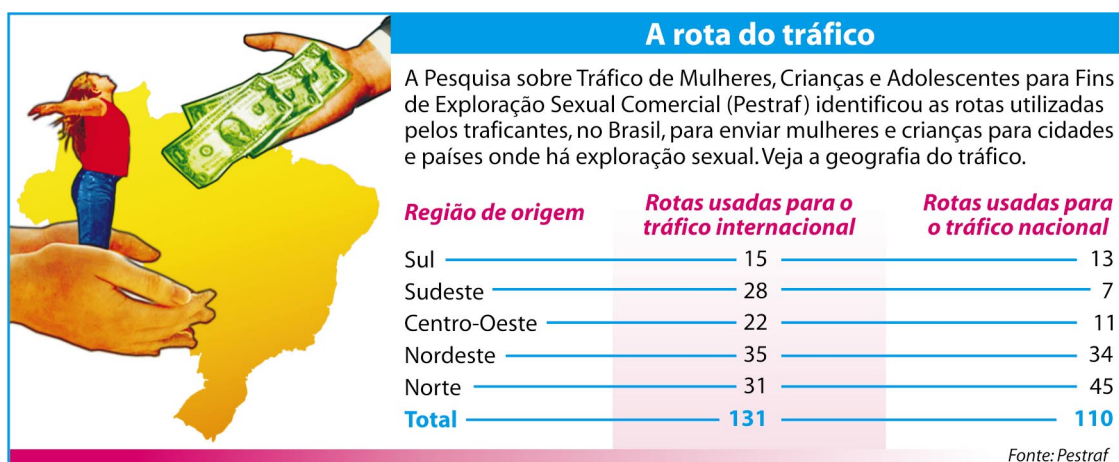
gras e jovens. Essas pessoas são aliciadas para trabalhar, formalmente, como domésticas, artistas de boates e de pequenos comércios, mas na verdade serão prostituídas ou mesmo escravizadas.

O pesquisador também culpou a falta de legislação pela dificuldade em inibir e punir esse

crime, já que as pessoas envolvidas alegam que as mulheres concordam com o trabalho e com as condições oferecidas. Ele apontou ainda a convivência de agências de turismo, hotéis, boates e restaurantes no aliciamento de mulheres e até na obtenção de documentos falsos para viagem.



**AGENTES** Welinton denuncia a convivência de restaurantes, hotéis e boates com o tráfico



"Amazônia sofre com a falta de oportunidades"

O enfrentamento do crime de tráfico de pessoas para prostituição não será bem-sucedido, na opinião dos pesquisadores que participaram da audiência pública de ontem, se não houver uma ação articulada de todos os poderes da República. Coordenador da Pestraf na Região Norte, Marcel Hazeu defende medidas que, como frisou, não se limitam à repressão ao crime.

Para a Região Norte, que registrou 76 rotas nacionais e internacionais de tráfico de pessoas para prostituição, a solução ideal, de acordo com Hazeu, deve ser uma política de desenvolvimento diferente da atual, que reconheça as dificuldades e necessidades da população que ali vive.

– A prostituição tomou uma dimensão tão grande que não é vista pelas vítimas e por suas famílias como uma coisa errada, mas como uma oportunidade, uma fonte de recursos – informou Hazeu.

Conforme o pesquisador, muitas pessoas, especialmente as mulheres, não têm emprego ou renda e nem estão incluídas nos programas sociais. A exploração sexual por meio da prostituição, disse, está presente em atividades tidas como legais e toleradas ou mesmo praticadas pelas autoridades locais.

Por isso, recomendou ele, "são necessários programas sociais que criem empregos para mulheres, uma mudança da visão machista dominante e a implementação de programas de saúde e educação que priorizem a mulher".

Para a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), é fundamental que os poderes públicos reconheçam, antes de tudo, que o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes existe e é grave. "O que se percebe hoje é o descaso do poder público", diagnosticou a psicóloga Rosário de Maria da Costa Ferreira.



Jane de Araújo

## Secretário do Amapá visita Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem no gabinete da Presidência o secretário de Infra-Estrutura do Amapá, Gervásio de Oliveira, quando discutiram assuntos de interesse do estado.

## Senadores acolhem pedidos de empréstimos

Apesar dos protestos e do voto contrário da senadora Heloísa Helena (PT-AL), o Plenário aprovou ontem projeto de resolução que permite a contratação, pelo Brasil, de empréstimo no valor de US\$ 404,04 milhões junto ao Banco Mundial. O dinheiro vem no âmbito do Segundo Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público – Reforma Fiscal.

A senadora afirmou que não poderia votar a favor da matéria porque o empréstimo “nada mais significa do que dólares em caixa para pagarmos juros e serviço da dívida”. Dizendo “doer no coração” discordar de sua amiga Heloísa Helena, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que o dinheiro visa reforçar o “colchão (de dólares) para proteção cambial de que o país necessita”. Já o relator da matéria, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), afirmou que a operação é “extremamente favorável” ao Brasil, com juros de 2% ao ano.

Foi também aprovado projeto de Eduardo Suplicy (PT-SP) que restabelece outra resolução, de 2001, que permite ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contratar empréstimo de US\$



Roosevelt Pinheiro

**RELEVÂNCIA** Recursos darão proteção cambial ao país, diz Jefferson Péres

150 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. O dinheiro se destina ao Programa de Expansão de Mercados de Capitais para Pequenas e Médias Empresas. A nova resolução foi necessária porque o tempo para concretização do empréstimo esgotou-se antes das medidas necessárias para sua conclusão.

Outra proposta aprovada alterou o empréstimo, equivalente a US\$ 268 milhões, obtido pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos junto ao Japan Bank for International Cooperation, destinado ao projeto do Trem Metropolitano de Fortaleza.

# Plenário aprova normas para agricultura orgânica

Substitutivo à proposta da Câmara estabelece regras para certificação e rotulagem dos produtos

O Plenário do Senado aprovou ontem substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ao projeto de lei da Câmara que estabelece normas para a agricultura orgânica. Como foi aprovado o texto originário da CAS, a matéria voltará ao Plenário para turno suplementar, no qual poderão ser apresentadas emendas.

O relator e autor do substitutivo, senador Aelton Freitas (PL-MG), considera orgânicos todos os sistemas de produção agropecuária que adotem técnicas específicas visando “à otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização ou eliminação da dependência de energia não-renovável e de insumos sintéticos e



Roosevelt Pinheiro

**AVANÇOS** Aelton Freitas, que complementou o texto original, foi elogiado em Plenário

a proteção do meio ambiente”.

O texto explicita que a produção orgânica deve assegurar, especialmente, “a oferta de produtos saudáveis, isentos de contaminantes; a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais em que se insere o sistema de produção; a conservação do solo e da água; a manutenção ou incremento da fertilidade do solo; e a reciclagem de resíduos de origem orgânica para o solo”. A proposta permite que os produtos orgânicos sejam certificados e rotulados, estabelecen-

do que a lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

### Discussão

Vários senadores se manifestaram na discussão da proposição. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou a importância da iniciativa no momento em que se amplia a demanda por produtos orgânicos. Já Roberto Saturnino (PT-RJ) assinou que a proposta beneficia sobretudo o pequeno agricultor, principal produtor de alimentos sem agrotóxicos.

O senador José Agripino (PFL-RN) salientou a existência de “um mercado sofisticado, exigente, que deseja o produto orgânico”. Acrescentou ter ouvido de Jonas Pinheiro (PFL-MT) – relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – que o substitutivo aperfeiçoou o relatório aprovado pela CAE.

Tião Viana (PT-AC) parabenizou o texto de Aelton sobre a agricultura orgânica e Jefferson Péres (PDT-AM) manifestou sua estranheza com o fato de o projeto condicionar a agricultura orgânica à “maximização dos benefícios sociais”.

## Aelton Freitas cobra apoio para a Embrapa

Pelo sólido trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito da agricultura familiar e do agronegócio, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) deve ter tratamento diferenciado, defendeu o senador Aelton Freitas (PL-MG). O governo, sugeriu, deve ajudar a empresa “a firmar novos convênios com organizações e entidades privadas, o que já acontece com sucesso em algumas unidades”.

Atualmente a situação da empresa é preocupante, alertou o senador. Trinta anos após ter

sido criada, disse, a Embrapa enfrenta dificuldades para manter a qualidade de seus serviços devido ao contingenciamento dos recursos orçamentários. Houve redução no repasse de verbas à empresa nos últimos dois anos e, nos primeiros cinco meses deste ano, dos R\$ 12 milhões orçados para custeio e pesquisa, apenas metade foi liberada, informou o senador.

Apesar disso, Aelton ressaltou que o projeto Embrapa Milho e Sorgo, voltado para a construção de miniaçudes em

regiões secas de Minas Gerais, ganhou o Prêmio Super Ecologia 2003.

– Com 25 mil pequenas barragens implantadas, o projeto beneficia mais de 50 comunidades mineiras – destacou.

O prêmio, segundo o senador, é um pequeno exemplo da importância da Embrapa para o setor agrícola. Aelton acredita que o governo Lula sabe dessa importância, tanto que já estaria sinalizando “com um provável desbloqueio, ainda neste mês, de R\$ 75 milhões que estavam retidos”.



Waldemir Rodrigues

## Lúcia Vânia alerta para problemas dos produtores de milho

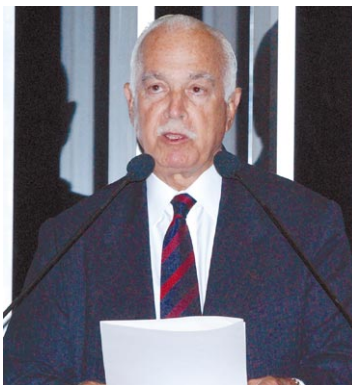
A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu ontem empenho das lideranças partidárias no sentido de alertar o governo para o risco de problemas graves na produção de milho. Ela fez o apelo em nome de Goiás, o terceiro produtor de grãos do Brasil. Lúcia Vânia leu reportagem publicada no jornal *O Popular*, com o título “Produtores pedem socorro”, segundo a qual a queda no

preço do produto pode levar os produtores a não plantarem milho na próxima safra.

Conforme a notícia, as federações de agricultura de todo o país pretendem reivindicar junto às bancadas federais do Congresso Nacional medida de emergência liberando recursos para a comercialização da safra de milho. O presidente da Federação da Agricultura do Estado de

Goiás (Faeg), Macel Caixeta, que também preside a Comissão de Grãos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), informa na reportagem que em Goiás, onde o custo de produção apurado do milho foi de R\$ 13,95 a saca, os preços de mercado bateram em R\$ 12,00 e, em Mato Grosso, com custos semelhantes, o produto foi comercializado a até R\$ 9,00 a saca.

– Tenho certeza que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por seu compromisso com o país, tomará medidas urgentes para solucionar o problema, especialmente para um setor hoje reverenciado por ter sido responsável pela resposta positiva de nossa balança comercial, sobretudo nesse momento em que o país clama por mais emprego e produção – disse Lúcia Vânia.



Waldemir Rodrigues

**COBRANÇA** Antonio Carlos observa que sociedade exige medidas contra a criminalidade

## ACM quer regras para a defesa de traficantes

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apresentou ontem, em Plenário, projeto de lei que determina que acusados de envolvimento com tráfico de drogas e crime organizado sejam representados em juízo somente pela Defensoria Pública. Conforme o senador, essa medida, que altera o Código de Processo Penal, é necessária para coibir os abusos, com o excesso de advogados defendendo integrantes de facções criminosas, como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital.

– Grandes criminosos valem-se do dinheiro ilícito para pagar honorários milionários a advogados que, sem levar em conta princípios éticos e morais, dão prevalência a interesses pessoais e vantagens materiais – argumentou Antonio Carlos, lembrando que a sociedade cobra medidas concretas de combate à criminalidade.

Antonio Carlos observou que seu projeto não tem o objetivo de cercear o amplo direito de defesa e nem busca restringir ou impor condições ao exercício da profissão de advogado.

O senador, que disse contar com o apoio dos parlamentares, da sociedade e da própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), agradeceu o apoio do líder de seu partido, senador José Agripino (PFL-RN), ao projeto.

# Senado apressa votação da reforma do Judiciário

■ Edison Lobão, presidente da CCJ, anuncia audiências para debater proposta de mudança

A reforma do Judiciário, que consta da pauta de convocação do Congresso Nacional, vai ganhar velocidade na próxima semana, informou ontem o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele fez essa observação em resposta ao senador Tião Viana (AC), líder do PT, que cobrou pressa na apreciação das várias propostas que tratam da reforma, entre as quais a que dispõe sobre o controle externo do Judiciário.

Até o final deste mês, a CCJ vai realizar audiências para debater a reforma do Judiciário. Deverão comparecer o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, presidentes de tribunais superiores, membros do Ministério Público Federal e



Waldemir Rodrigues

**VOTAÇÃO** Comissão de Justiça aprova projeto que determina intimação pessoal de representantes judiciais dos estados

dos estados, além de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e dos tribunais de Justiça.

Na reunião de ontem, a CCJ aprovou substitutivo de Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto do Executivo determinando que a intimação dos representantes judiciais dos estados e do Distrito Federal, bem como dos membros da carreira de procurador federal, será feita

pessoalmente. O projeto, que tramita em conjunto com a reforma do Judiciário, segue agora para exame do Plenário.

As determinações aplicam-se aos advogados ou procuradores do Senado Federal, Câmara dos Deputados, das assembleias legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal. As intimações a serem realizadas fora da sede do juízo serão feitas por carta registrada.

## Ministro ajuda trabalhos da CPI

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, prometeu ontem aos dirigentes da CPI do Banestado solicitar a intervenção do Itamaraty junto ao governo dos Estados Unidos para rastrear nos bancos norte-americanos os dólares que saíram do Brasil pelas contas CC-5.

O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), se disse animado com a receptividade do ministro e afirmou que a boa vontade do governo norte-americano facilitará o trabalho de identificação dos beneficiários da evasão de divisas e de repatriamento do dinheiro enviado irregularmente ao exterior.



José Cruz

**INVESTIGAÇÕES** Antero diz que boa vontade do governo norte-americano é essencial

Antero esteve no ministério acompanhado dos deputados federais Rodrigo Maia (PFL-RJ) e José Mentor (PT-SP) e dos se-

nadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Ideli Salvatti (PT-SC), todos integrantes da CPI.

A secretária Nacional de Justiça, Cláudia Chagas, explicou que, como as autoridades americanas interromperam o fornecimento de dados, a intervenção do Ministério da Justiça e do Itamaraty poderá reabrir pela via diplomática os canais para troca de informações.

Os integrantes da CPI também tiveram encontro com o embaixador do Uruguai, Juan José Real, a quem pediram apoio no rastreamento dos quase US\$ 6 bilhões que deixaram o Brasil via contas CC-5 e foram depositados no Uruguai.

## Urgência para projetos sobre armas de fogo

Foi aprovado ontem em Plenário requerimento assinado por todos os líderes partidários solicitando urgência para a tramitação dos projetos que tratam de armas de fogo. O presidente do Senado, José Sarney, comunicou que a matéria entrará na pauta de quarta-feira.

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública aprovou, na terça-feira, o substitutivo de César Borges (PFL-BA) a projetos de Renan Calheiros (PMDB-AL), Gerson Camata (PMDB-ES) e dos então senadores Djalma Falcão e José Roberto Arruda.



Waldemir Rodrigues

**APROVAÇÃO** Renan Calheiros defende consulta à população sobre o uso de armas

## Renan anuncia exame de sua proposta

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), anunciou para a próxima quarta-feira a votação em Plenário de seu projeto proibindo a comercialização e o porte de armas de fogo no país, já aprovado na Subcomissão de Segurança Pública, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Foi aceito ontem o requerimento de urgência que permitirá a votação.

Pelo projeto, haverá uma consulta popular sobre o assunto nas próximas eleições municipais. Renan enfatizou a necessidade da aprovação direta da população à proposta.

Convencido de que o projeto será aprovado pelo Plenário na próxima semana, Renan fez um apelo para rápida tramitação posterior na Câmara.

Em apartes, Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacaram a necessidade de restringir o uso de armas.

## Comissão aprova acordo com o Peru

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem um acordo de cooperação mútua entre o Brasil e o Peru para combater o tráfico de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas, como tráfico de drogas e contrabando de armas. A matéria teve como relator o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que emitiu

parecer favorável.

A CRE também aprovou o texto da convenção assinada pelos governos do Brasil e do Chile para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação ao Imposto de Renda; o acordo que permitirá a instalação de uma sede da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) em Brasília; o Acordo-Quadro

sobre Meio Ambiente no âmbito do Mercosul; o Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços do Mercosul; e o Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e África do Sul.

Hoje, às 10h, a CRE volta a se reunir para realizar audiência pública com as presenças do embaixador da República de Camarões e decano do Grupo dos Embaixadores Africanos

no Brasil, Martin Mbarga Nguete; do diretor-geral para a África e Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Pedro Motta Pinto Coelho; do gerente-executivo da Diretoria de Governo do Estado do Rio de Janeiro, Albuino Cunha de Azeredo, que prestarão esclarecimentos sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Nepad).

## Jucá destaca publicação da ONG Inesc

A recente publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), com apresentação de cenários sobre as questões agrária, racial, indígena e de gênero, intitulada "O Inesc e a agenda brasileira 2003/2206", foi destacada por Romero Jucá (PMDB-RR). O trabalho, segundo o senador, traça "a matriz teórica e política que servirá de base para orientar as ações do instituto".



Roosevelt Pinheiro  
Jucá elogiou trabalho dos especialistas

Esse trabalho foi realizado, de acordo com Jucá, por especialistas "de peso", em diversos campos do conhecimento, como Sérgio Leite, Reinaldo Gonçalves e José Augusto Pádua, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Mariza Veloso e Elimar Pinheiro do Nascimento, da Universidade de Brasília (UnB). O parlamentar afirmou que, ao enunciar os nomes desses especialistas, rende a eles "os cumprimentos desta Casa, sempre receptiva a reconhecer o valor de nossos intelectuais". Jucá ressaltou a trajetória do Inesc, uma organização não-governamental criada em 1979, "que tem pautado suas atividades à margem esquerda do quadro político nacional".

## Comissão autoriza 101 concessões

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem 101 projetos de decreto legislativo outorgando ou renovando concessões para a exploração de serviços de radiodifusão e autorizando o funcionamento de emissoras de rádios comunitárias. Como todas as matérias são terminativas na CE, só serão examinadas pelo Plenário caso haja pedido de pelo menos um décimo dos senadores.

A maioria das entidades beneficiadas está localizada na Região Sudeste, com 52 entidades autorizadas a operarem rádios comunitárias, e no Nordeste, que recebeu 28 autorizações. Individualmente, Minas Gerais recebeu o maior número de concessões, 32.

## Senado faz acordo para cursos sobre mercado de capitais

Conhecer o funcionamento do mercado de capitais é um dos requisitos indispensáveis para o bom desempenho dos funcionários do Senado. Foi para fornecer esse subsídio que a Diretoria Geral do Senado, por meio da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), e a Associação Brasileira dos Analistas do

Mercado de Capitais (Abamec) assinaram protocolo de intenções para oferecer, gratuitamente, cursos profissionalizantes.

– Muitos debates ficam em torno dos assuntos econômicos, e a informação é a matéria-prima dos servidores que prestam apoio técnico aos parlamentares – afirmou o diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia.



Waldemir Rodrigues

# Aprovada Política Nacional do Livro

Comissão de Educação acolhe projeto de José Sarney, que deverá seguir para apreciação na Câmara

O governo poderá ser obrigado a abrir linhas de crédito específicas para editoras e distribuidoras de livros. É o que prevê projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP), aprovado ontem, de forma terminativa, na Comissão de Educação (CE). A matéria segue agora para análise da Câmara dos Deputados e só será examinada pelo Plenário do Senado se pelo menos nove senadores solicitarem em requerimento a votação da proposta.

O projeto, que institui a Política Nacional do Livro, tem por objetivo criar normas e incentivos destinados a ampliar o acesso à leitura em todo o país, principalmente nas escolas públicas. Entre as novidades está a que obriga a União, os estados e os municípios a inserirem, anualmente, créditos



Jane de Araújo

INCENTIVO Relator da matéria, José Jorge (D) ressaltou importância do projeto, aprovado de forma terminativa pelos senadores

nos respectivos orçamentos destinados à construção, manutenção e modernização de bibliotecas, bem como de programas de incentivo à leitura, que seriam coordenados pelo Fundo Nacional de Cultura.

De acordo com o projeto, caberá ao Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização do acervo das bibliotecas públicas, universitárias e de escolas. A proposta ainda permite a formação de um fundo de provisão para depreciação de estoques e de adiantamentos de direitos

autorais e faculta às editoras a contratação de trabalho autônomo de revisores, redatores, capistas, tradutores, diagramadores e demais profissionais do ramo, sem a configuração de vínculo empregatício.

A proposta do senador Sarney isenta de qualquer imposto ou taxa alfandegária os livros em língua estrangeira que ingressarem no país. Para que a população tenha maior acesso à leitura, o senador chega a propor uma completa revisão e ampliação do processo de alfabetização e leitura de textos de

literatura nas escolas, bem como a introdução da hora de leitura diária. O projeto também incentiva a impressão de livros em braile, via meio digital, magnético e ótico para atender aos deficientes visuais. A sugestão foi apresentada pelo senador Flávio Arns (PT-PR).

– Não há como vislumbrar a superação dos graves problemas de desigualdade social que afligem a população sem corretas e eficazes normas de revisão do processo de leitura, da implantação e da consolidação do hábito de ler e do necessário estímulo à edição, distribuição e consumo do livro – ressaltou José Sarney na justificativa do projeto.

O relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE), observou que a Política Nacional do Livro vem contribuir, de modo efetivo, para uma completa revisão do setor cultural brasileiro, no intuito de abranger todos os segmentos. José Jorge assinalou que o livro e a leitura continuam a ser os principais instrumentos para a difusão da cultura e do saber.

## Projeto cria incentivos para ampliar o acesso à leitura

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que o projeto de sua autoria que institui a Política Nacional do Livro, aprovado ontem, está inserido na causa parlamentar que mobilizou toda a sua vida pública: a defesa da cultura. A proposta tem por objetivo básico criar normas e incentivos destinados a ampliar o acesso à leitura em todo o país, principalmente nas escolas públicas.

– O livro continua sendo o maior instrumento de divulgação e disseminação do saber e conhecimento humano. Até

hoje esse lugar não foi substituído por nenhuma outra técnica. Nosso projeto é, por isso, da maior importância. Cada vez mais é preciso dar apoio ao livro – disse.

Sarney destacou que a matéria permite que estados e municípios aloquem verbas para criar bibliotecas e institui política para multiplicação de pontos de venda. Além disso, estabelece apoio às editoras, garante incentivos e deduções nos estoques, e cria um fundo para adiantar pagamento de direitos autorais.



Waldemir Rodrigues

## Sarney recebe Siciliano e Yasuda

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Câmara Brasileira do Livro, Oswaldo Siciliano, e o vice-presidente da Associação Nacional das Livrarias, Eduardo Yasuda, que vieram pedir apoio creditício para o setor, aproveitando aprovação do projeto que institui a Política Nacional do Livro. Siciliano e Yasuda explicaram que livrarias são negócios de pequena rentabilidade, pelo tamanho reduzido do mercado brasileiro de leitores.

## Leonel Pavan critica políticas do governo Lula

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) atacou ontem as principais políticas implementadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Para o senador catarinense, o Partido dos Trabalhadores, no poder, tem descumprido promessas de campanha, desagradando população, sindicalistas e seus próprios correligionários.

Pavan disse que, ao contrário do PT, que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso teria "impedido as reformas", o PSDB tem feito uma oposição "responsável e construtiva". Para ele, no entanto, "é necessário denunciar os desmandos que têm sido cometidos". Pavan declarou também que o presidente da República montou um ministério "com companheiros derrotados nas eleições" e tem sido "alvo de chacotas", pelas gafes que comete.

**Balneário Camboriú**  
Leonel Pavan prestou home-



Waldemir Rodrigues

**HOMENAGEM** Leonel Pavan lembra que Balneário Camboriú vai completar 39 anos

nagem ao município de Balneário Camboriú (SC), que completa 39 anos de emancipação política em 20 de julho.

– De uma vila de pescadores de origem açoriana a capital turística do Mercosul, Balneário Camboriú atrai pela beleza e infra-estrutura. Está entre as dez melhores cidades para se viver no Brasil e é a primeira em qualidade de vida no estado – disse, lembrando que foi prefeito do município por três vezes.

## Garibaldi apóia discussões sobre água para o Nordeste

■ Senador anuncia que comissão interministerial realiza debate já na próxima semana

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) manifestou ontem sua satisfação com decreto presidencial criando uma comissão interministerial para estudar todos os problemas relativos à escassez de água no Nordeste, em especial o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. A comissão será presidida pelo vice-presidente, José Alencar, que já convidou todos os parlamentares das bancadas do Nordeste para um primeiro debate em seu gabinete na próxima semana, informou o senador.

Para Garibaldi, esse é apenas o primeiro passo para solucio-



Waldemir Rodrigues

**DESAFIO** Para Garibaldi, é necessário equilíbrio entre doadores e recebedores de água

nar a escassez de água na região, pois o desafio é encontrar um equilíbrio entre os estados que doarão água, por serem ba-

nhados pelo São Francisco, e aqueles que receberão água, por estarem afastados do rio.

Segundo o senador, o custo da obra, orçada em R\$ 2 bilhões, não deve representar um obstáculo intransponível, tendo em vista os custos sociais e financeiros muito superiores que as secas têm representado para o Nordeste.

Garibaldi disse que a comissão interministerial terá poderes amplos para debater os problemas da região, analisando a viabilidade da transposição, se há necessidade de revitalização do rio e se é possível transpor águas do Rio Tocantins para o São Francisco.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que há cem anos o Rio Colorado, nos Estados Unidos, passou por processo semelhante, com resultados positivos que duram até hoje.

## SUPPLY CRÊ EM PAZ NO ORIENTE MÉDIO

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou a sua crença de que as negociações em torno do processo de paz no Oriente Médio estão avançando. Prova disso, segundo ele, é que há duas semanas não ocorrem incidentes graves entre palestinos e judeus.

– Isso para eles é um passo significativo – ressaltou.

Suplicy está participando do Seminário Internacional de Parlamentares da América Latina, organizado pelo governo israelense. O evento reúne cerca de 30 parlamentares do continente, inclui encontros com lideranças políticas dos dois lados em conflito e visita ao Knesset, o Parlamento judeu.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Suplicy viajou em companhia do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e os dois aproveitaram o encontro para entregar aos governos da Autoridade Palestina e de Israel uma carta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendendo a manutenção das negociações de paz. Leia a seguir entrevista que Suplicy concedeu, de Telavive, ao repórter Ivan Godoy, da Rádio Senado.

**Gostaria que o sr. nos falasse um pouco do seminário.**

**Suplicy** – São cerca de 30 parla-

mentares de todos os países da América Latina. Trata-se de um encontro intenso, em que visitamos o Parlamento de Israel e estivemos com inúmeras autoridades. Pude entregar uma carta de Lula dirigida ao primeiro-ministro Ariel Sharon, de Israel. Também entreguei carta

ao presidente Yasser Arafat, da Autoridade Palestina, com a mensagem de Lula dizendo quanto o povo brasileiro deseja que eles sejam bem-sucedidos nos esforços de paz. Aliás, nós visitamos aqui uma empresa de um israelense, onde trabalham, lado a lado, 50% de pessoas de origem árabe e 50% de origem judaica.

**Como está o ambiente neste momento, diante do esforço de paz?**

**Suplicy** – Há uma esperança importante. Os israelenses estão depositando confiança no primeiro-ministro palestino, Abu Mazen.

**O sr. se encontrou com Arafat há três anos. Como foi o encontro agora?**

**Suplicy** – Achei que ele está bem de saúde e me recebeu com muito bom humor. Ele me disse que os esforços de paz serão bem-sucedidos na medida em que houver pressões do quarteto formado pelos governos dos Estados Unidos, União Europeia, Rússia e a própria ONU.

## PARA SUASSUNA, ACORDO É POSSÍVEL

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) acredita que a paz entre palestinos e judeus está mais próxima. Ele ressaltou que o governo israelense está disposto a devolver terras ocupadas para a população palestina, o que está criando um clima de entendimento entre os antigos inimigos.

“Em todo lugar que chegamos não se fala em outra coisa, senão na paz”, disse Suassuna, que está participando do Seminário Internacional de Parlamentares da América Latina. Leia entrevista que Suassuna concedeu ao repórter Vladimir Spinoza, da Rádio Senado.

**O sr. pode falar da importância da visita a Israel?**

**Suassuna** – Estamos aqui cumprindo o nosso papel de ajudar na trégua entre israelitas e palestinos e trazer a mensagem do presidente Lula em favor da paz. Ficamos contentes porque não só o presidente dos palestinos, o sr. Yasser Arafat, como o presidente do partido da direita [Ariel Sharon], que está no poder em Israel, ficaram muito felizes com a carta que receberam do presidente Lula. É uma carta imparcial que fala da paz e do desejo do Brasil de cooperar com o entendimento. Todos estão esperançosos de que seja criado o Estado palestino e com isso acabe a guerra e o terrorismo.

**Percebemos que há um clima melhor entre israelenses e palestinos. O sr. está constatando esse avanço aí?**

**Suassuna** – Estou. Em todo lugar que chegamos não se fala em outra coisa, senão na paz. E pela primeira vez há uma luz no final do túnel. Ontem [terça-feira], nós ouvimos vários ministros israelenses dizerem que antes eles sabiam que existia um túnel, mas não sabiam a localização dele. Agora já sabem a localização, já ingressaram nele, e com toda a certeza o Tratado de Oslo [assinado em 1994, prevê a devolução de terras para os palestinos] será cumprido.

**Além do tema paz, que outro assunto está chamando a sua atenção no seminário internacional?**

**Suassuna** – Tenho me preocupado também com a balança comercial entre Brasil e Israel. O Brasil compra de Israel cerca de US\$ 300 milhões, principalmente de adubos para a nossa agricultura. E eles só têm comprado de nós US\$ 138 milhões. Precisamos equilibrar essa balança. Ontem [terça-feira] tivemos uma reunião com vários empresários, na casa do embaixador do Brasil, e pedimos o empenho para aumentar a pauta de compras.



Roosevelt Pinheiro

**Ney Suassuna:**  
“Nosso papel é ajudar na trégua”

## Mão Santa pede recuperação de rodovia

O senador Mão Santa (PMDB-PI) reclamou ontem da incapacidade do governo de recuperar a rodovia federal que liga Teresina ao estado da Bahia, pelo litoral, e que atravessa a região do Delta do Parnaíba.



Roosevelt Pinheiro

**Mão Santa:**  
turismo sofre prejuízos

– A ditadura foi capaz de colocar asfalto do mar até a Bahia e, no momento, somos incapazes de tapar os buracos dessa estrada. É tempo do presidente Lula lembrar de governar o governo. Estamos lutando por isso há sete meses – afirmou.

Mão Santa lembrou que a estrada foi construída há 30 anos e que esse tempo corresponde justamente à vida média de uma estrada bem-feita. Segundo ele, a falta de manutenção está impedindo o desenvolvimento do turismo, pois julho é o mês da alta temporada no Piauí. Conforme o senador, a estrada estadual que construiu quando foi governador, ligando o Piauí ao Maranhão ao longo do Rio Parnaíba, é que está permitindo o fluxo turístico no estado.

## Juvêncio diz que MS abriu mão da Cide

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) condenou ontem a renúncia, pelo governador Zeca do PT, a R\$ 370 milhões em créditos excedentes devidos pela União ao estado de Mato Grosso do Sul.



Juvêncio: governo de MS não cumpre leis

Os recursos, oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), seriam repassados ao estado como ressarcimento pela manutenção de rodovias federais.

De acordo com Juvêncio, em troca da renúncia, o governador aceitou o repasse de R\$ 89 milhões para equilibrar o caixa estadual.

– A Lei de Responsabilidade Fiscal não existe no meu estado. Vivemos a síndrome da impunidade – afirmou.

## Paim pleiteia isonomia da PM com militares

O senador Paulo Paim (PT-RS) reivindicou ontem para os policiais militares o mesmo sistema previdenciário que a reforma destinar aos integrantes das Forças Armadas. Conforme explicou, assim como os soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica, os PMs arriscam suas vidas no combate a traficantes e bandidos.



Paim: quatro policiais gaúchos mortos em 2003

Para exemplificar o perigo constante que correm os policiais militares, Paim lembrou que, somente em 2003, já foram assassinados quatro integrantes da corporação no Rio Grande do Sul.

– O último a morrer foi o cabo Luceno Alencar Pereira, da Brigada Militar, assassinado nesta semana, em Canoas (RS), deixando mulher e quatro filhos pequenos.

# Mercadante rebate críticas do PSDB ao governo Lula

Senador diz que crise econômica começou antes da eleição de 2002 e ressalta as realizações até agora

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) rebateu críticas ao governo Lula contidas em um documento do PSDB, consideradas por ele como "inaceitáveis". O senador contestou o argumento de que a crise econômica pela qual passa o país teve início com as eleições de 2002 e com a possibilidade de vitória de Lula.

– Os dados de 2001 já indicavam crise aguda. A dívida pública em 1994 era de R\$ 61,8 bilhões; em 2001 era de R\$ 624 bilhões, 1.000% a mais. Passou de 17% para 52% do Produto Interno Bruto (PIB), números oficiais que servem para fazer



NÚMEROS Mercadante lembrou que dívida pública cresceu 1.000% nos governos de FHC

um balanço do governo anterior – afirmou.

Segundo Mercadante, um debate qualificado na campanha eleitoral, e não ameaças de que seria "Serra ou o caos", teria garantido uma transição muito mais tranquila. Ele disse ainda que o governo Fernando

Henrique Cardoso foi confuso e instável em sua política econômica e cambial.

Para o líder do governo, a oposição tem o papel fundamental de apontar correção de rumos e apresentar críticas, "desde que feitas com serenidade e responsabilidade".

Ao abordar os pontos positivos dos seis meses de governo, Mercadante apontou o crescimento de 20% na safra agrícola e a atenção especial que agora se dá à agricultura familiar e à reforma agrária.

– O que vai trazer paz ao campo é uma agricultura próspera, a agricultura familiar, a capacidade de diálogo, de negociação, que esse governo introduziu na agenda nacional – ressaltou, citando outros pontos positivos da gestão Lula, como o Banco do Povo, o microcrédito, a queda sustentável da taxa de juros e o programa Fome Zero.

## Bornhausen defende reforma tributária do PFL

A proposta de reforma tributária do PFL foi apresentada ontem pelo senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do partido. Ele enfatizou que a proposta em tramitação na Câmara dos Deputados tem por objetivo aprofundar as mudanças, "estabelecendo competências, desfazendo duplicidades e acabando com grandes ralos" na arrecadação de impostos.

Bornhausen enumerou as emendas apresentadas por seu partido à reforma tributária encaminhada ao Congresso pelo presidente Lula.

– Apresentamos uma salva-



EMENDA Bornhausen revelou que PFL pretende limitar a carga tributária a 35% do PIB

guarda, que determina que a carga tributária não pode superar 35% do PIB – anunciou o

senador catarinense.

Na proposta do PFL, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) se tornaria uma antecipação do Imposto de Renda (IR), paga no início do ano. Cada pessoa física ou jurídica poderia receber a restituição no fim do ano, sendo que os sonegadores e "foras-da-lei", por não terem como comprovar a origem de seu dinheiro, não seriam reembolsados.

Jorge Bornhausen argumentou que, com isso, desapareceriam a bitributação e a cumulatividade de impostos.

## Iris pede que governo aja depressa na questão agrária

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) pediu ontem pressa ao governo federal no avanço da reforma agrária. "O que o governo precisa é injetar dinheiro e eficiência na efetivação da reforma agrária. Está na hora de acelerar o ritmo e assumir com mais velocidade as decisões", defendeu a parlamentar.

A senadora disse que o país ele-

geu Lula presidente por querer mudança nos rumos do país, mas que a lentidão dá argumentos "aos radicais de todos os matizes".

– Está na hora de o governo federal, em harmonia com estados e municípios, assumir a responsabilidade pela paz no campo, porque os confrontos estão indo muito longe.

O discurso teve apartes dos sena-



MOTIVO Iris advertiu que a lentidão do governo dá argumentos aos "radicais"

dores César Borges (PFL-BA), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) e Ana Júlia Carepa (PT-PA).



DESINFORMAÇÃO Para Ana Júlia, comentários de deputado do PFL são fruto de preconceito

## Ana Júlia elogia gestão de Dutra na Petrobras

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) classificou ontem como "produto de uma oposição inconsequente" as críticas feitas pelo líder do PFL na Câmara dos Deputados, deputado José Carlos Aleluia (BA), em artigo intitulado "O desmanche da Petrobras". O texto, disse ela, é uma lista de preconceitos e desinformação.

Para a senadora, era preciso mudar os rumos da Petrobras, o que seu presidente, o ex-senador José Eduardo Dutra, tem feito com competência. Ela defendeu a indicação de Dutra para a presidência da empresa, criticada por Aleluia.

– Dutra é um homem de capacidade inquestionável. Só muita má vontade pode atribuir a indicação como "prêmio de consolação" – disse, rebatendo opinião do deputado, segundo o qual o cargo foi dado a Dutra para compensar a derrota nas eleições para o governo de Sergipe.

Conforme o deputado, o gerente-geral da Petrobras na Bahia, Antonio José Pinheiro Ribas, estaria há mais de dez anos distante da empresa, mas Ana Júlia assegurou que Ribas nunca se afastou da companhia.

A senadora rebateu diversos pontos do artigo e concluiu afirmando que a Petrobras vem sendo fortalecida no governo Lula. Conforme observou, só neste ano foram encontradas sete jazidas de petróleo.

– Com a melhora da imagem da empresa e a diminuição do risco Brasil, a Petrobras conseguiu captar no mercado internacional US\$ 3,9 bilhões em recursos, alongando sua dívida e diminuindo seus custos.